

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		329.296,70	320.343,05
Subsídios, doações e legados à exploração		285.122,21	246.642,97
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		83.857,02	71.394,25
Fornecimentos e serviços externos		151.512,37	153.550,99
Gastos com o pessoal		359.618,33	319.653,12
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		84.458,58	74.237,09
Outros gastos		10.203,78	13.887,30
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		93.685,99	82.737,45
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		65.441,48	66.644,91
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		28.244,51	16.092,54
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		3.978,02	10.210,70
Resultados antes de impostos		24.266,49	5.881,84
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		24.266,49	5.881,84

Brestine 2022

C. Lumilo

João Gonçalves-Costa

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1 637 102,23	1 695 762,76
Bens do património histórico e artístico e cultural		626 194,77	626 194,77
Ativos intangíveis		0,00	133,20
Investimentos financeiros		7 874,95	6 352,24
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2 271 171,95	2 328 442,97
Activo corrente			
Inventários		1 274,42	1 317,12
Créditos a receber		41 434,04	36 238,99
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		15 881,00	15 460,00
Diferimentos		10 507,27	17 077,24
Caixa e depósitos bancários		13 529,26	8 860,94
		82 625,99	78 954,29
Total do ativo		2 353 797,94	2 407 397,26
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		422 437,95	422 437,95
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		208 406,31	202 524,47
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 277 491,19	1 294 723,00
		1 908 335,45	1 919 685,42
Resultado líquido		24 266,49	5 881,84
Total dos fundos patrimoniais		1 932 601,94	1 925 567,26
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		28 894,82	47 370,96
Estado e outros entes públicos		8 027,79	9 029,77
Resultados disponíveis		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		272 254,59	305 000,00
Outros passivos correntes		112 018,80	120 429,27
		421 196,00	481 830,00
Total do passivo		421 196,00	481 830,00
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 353 797,94	2 407 397,26

A Direcção

Brestino non

Amamilo

Josh

O responsável

[Handwritten signature]

Casa do Povo de St. António das Areias

Anexo

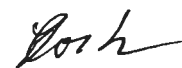
31 de Dezembro de 2022

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	12
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	12
6	Ativos Intangíveis	14
7	Custos de Empréstimos Obtidos	15
8	Inventários	15
9	Rédito	16
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
11	Benefícios dos empregados	16
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
13	Outras Informações.....	17
13.1	Investimentos Financeiros	17
13.2	Associados.....	17
13.3	Clientes e Utentes	17
13.4	Outras contas a receber.....	17
13.5	Diferimentos	18
13.6	Caixa e Depósitos Bancários	18
13.7	Fundos Patrimoniais.....	18
13.8	Fornecedores	18
13.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	18
13.10	Outras Contas a Pagar.....	19
13.11	Subsídios, doações e legados à exploração	19
13.12	Fornecimentos e serviços externos.....	19
13.13	Outros rendimentos.....	19
13.14	Outros gastos	20
13.15	Resultados Financeiros.....	20
13.16	Acontecimentos após data de Balanço	20



Baseado no
RAMILHO



1 Identificação da Entidade

A “Casa do Povo de St. António das Areias” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República, com sede em Avenida 25 de Abril Nº 19, Santo António das Areias, tendo como finalidade a satisfação das necessidades básicas da população do concelho de Marvão em geral, e dos seus associados em particular.

Carolina
Amilo
Luís

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo

referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	499.405,45
Outros Ajustamentos (subsídios ao investimento)	373.439,66
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	872.845,11

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	-6.496,24
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	-6.496,24

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se

continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	6

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 40
Equipamento básico	8 a 16
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 16

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.



Christine
Othamilo
Losh

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.


Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.



Benedito
Othamilo
Losh

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

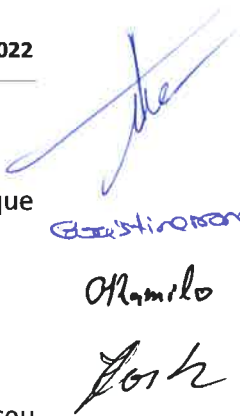
Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”



No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Bens Imóveis	626.194,77					626.194,77
Total	626 194,77	0,00	0,00	0,00	0,00	626.194,77

No período de 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Christine Rox
Ofenirio
Jos H

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Bens Imóveis	626.194,77					626.194,77
Total	626 194,77	0,00	0,00	0,00	0,00	626.194,77

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Edifícios e outras construções	2 064 518,81	54500,42				2 119 019,23
Equipamento básico	198 799,52					198 799,52
Equipamento de transporte	57 862,33					57 862,33
Equipamento administrativo	39 793,92					39 793,92
Outros Ativos fixos tangíveis	23 331,94	1 099,00				24 430,94
Total	2 384 306,52	55 599,42	0,00	0,00	0,00	2 439 905,42
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	456 931,21	47 711,46				504 642,67
Equipamento básico	122 658,88	11 174,37				133 833,25
Equipamento de transporte	49 112,33	4 375,00				53 487,33
Equipamento administrativo	31 263,56	1 576,54				32 840,10
Outros Ativos fixos tangíveis	17 532,29	1 807,54				19 339,83
Total	677 498,27	66 644,91	0,00	0,00	0,00	744 143,18

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Edifícios e outras construções	2 119 019,23	4.810,67		1.150,00		2 124 979,90
Equipamento básico	198 799,52	293,55		393,53		199 486,60
Equipamento de transporte	57 862,33					57 862,33
Equipamento administrativo	39 793,92					39 793,92
Outros Ativos fixos tangíveis	24 430,94					24 430,94
Total	2 439 905,42	5 104,22	0,00	1.543,53	0,00	2 446 553,39
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	504 642,67	47 883,96				552 526,63
Equipamento básico	133 833,25	10 799,52				144 632,77
Equipamento de transporte	53 487,33	4 375,00				57 862,33
Equipamento administrativo	32 840,10	1 097,24	2,29			33 935,05
Outros Ativos fixos tangíveis	19 339,83	1 328,58	173,73			20 494,68
Total	744 143,18	65 484,30	176,02	0,00	0,00	809 451,46

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	6 437,20					6 437,20
Programas de Computador	1 666,67					1 666,67
Total	8 103,87	0,00	0,00	0,00	0,00	8 103,87
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	6 437,20					7 970,67
Programas de Computador	1 533,47					0,00
Total	7 970,67	0,00	0,00	0,00	0,00	7 970,67

Handwritten signature and notes:
Carifine no
Atamilo
2022

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	6 437,20					6 437,20
Programas de Computador	1 666,67					1 666,67
Total	8 103,87	0,00	0,00	0,00	0,00	8 103,87
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	6 437,20					6 437,20
Programas de Computador	1 533,47	133,2				1 666,67
Total	7 970,67	133,20	0,00	0,00	0,00	8 103,87

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	33 138,16	239 116,43	272 254,59	32 748,56	272 251,44	305 000,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	272 254,59	0,00	272 254,59	305 000,00	0,00	305 000,00

8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				2021			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 317,12	83 814,32	0,00	1 274,42	70 825,16	0,00	1 317,12	
Total	1 317,12	83 814,32	0,00	1 274,42	70 825,16	0,00	1 274,42	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				83 857,02			71 394,25	

9 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	325 633,70	316 475,05
Quotas e joias	3 663,00	3 868,00
Total	329 296,70	320 343,05

Christina
Alumilo
Loch

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo		
ISS	237 919,81	221 453,23
Autarquias	13 504,46	17 460,69
Outras Entidades	4 258,19	1 552,01
Total	255 682,46	240 465,93

11 Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários, em média 27 durante os dois anos em análise:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	287 679,28	255 550,18
Benefícios Pós-Emprego	0,00	900,00
Encargos sobre as Remunerações	63 346,41	57 086,23
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 583,13	4 226,55
Outros Gastos com o Pessoal	4 009,51	1 890,16
Total	359 618,33	319 653,12

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

João
Gastrioren
Ofamilo
10/12

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Outros investimentos financeiros (FCT)	7 874,95	6 352,24
Total	7 874,95	6 352,24

13.2 Associados

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Quotas	15 881,00	15 460,00
Total	15 881,00	15 460,00

13.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	363,42	333,80
Total	363,42	333,80

13.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos ao pessoal	234,86	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	1 102,50	0,00
Outros Devedores	0,00	5,98
Total	1 337,36	5,98

13.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Fornecimentos e serviços externos	10 507,27	17 077,24
Total	10 507,27	17 077,24

Estimado

Orlando

João

13.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	92,92	132,04
Depósitos à ordem	13 436,34	8 728,90
Total	13 529,26	8 860,94

13.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	422 437,95	0,00	0,00	422 437,95
Resultados transitados	202 524,47	5 881,84	0,00	208 406,31
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 294 723,00	0,00	-17 231,81	1 277 491,19
Total	1 919 685,42	5 881,84	-17 231,81	1 908 335,45

13.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	28 894,82	47 370,96
Total	28 894,82	47 370,96

13.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 014,39	5 149,78
Total	3 014,39	5 149,78
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 228,00	1 541,50
Segurança Social	6 799,79	7 488,27
Total	8 027,79	9 029,77

13.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Outras operações		0,00		40,53
Fornecedores de Investimentos		56 567,79		67 089,17
Credores por acréscimo de gastos		33 429,55		32 825,56
Outros credores		4 726,85		20 474,01
Total	0,00	94 724,19	0,00	120 429 27

13.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	241 636,81	221 453,23
Subsídios de outras entidades	14 045,65	19 012,70
Doações e heranças	29 439,75	6 177,04
Total	285 122,21	246 642,97

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

13.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	36 623,32	45 045,03
Materiais	8 410,44	8 429,14
Energia e fluidos	71 033,73	50 843,11
Deslocações, estadas e transportes	1 602,94	332,28
Serviços diversos	33 841,94	48 901,43
Total	151 512,37	153 550,99

13.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	6 500,30	245,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	4,35
Rendimentos em investimentos não financeiros	37 328,79	37 661,02
Outros rendimentos	40 629,49	36 326,72
Total	84 458,58	74 237,09

13.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	9 182,93	9 248,78
Incobráveis	0,00	443,00
Outros Gastos	1 020,85	4 195,52
Total	10 203,78	13 887,30

13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	3 256,34	6 250,69
Outros gastos e perdas de financiamento	721,68	3 960,01
Total	3 978,02	10 210,70
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-3 978,02	-10 210,70

13.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

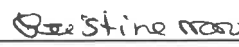
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Santo António das Areias, 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado



A Direcção



Amílcar

